



6º Simulado Especial

INSS

Pré-Edital

Simulado

6º Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para INSS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/gHAdGb66vPhrjHmF6>

| | | | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|
| 01 - CE | 16 - CE | 31 - CE | 46 - CE | 61 - CE | 76 - CE | 91 - CE | 106 - CE |
| 02 - CE | 17 - CE | 32 - CE | 47 - CE | 62 - CE | 77 - CE | 92 - CE | 107 - CE |
| 03 - CE | 18 - CE | 33 - CE | 48 - CE | 63 - CE | 78 - CE | 93 - CE | 108 - CE |
| 04 - CE | 19 - CE | 34 - CE | 49 - CE | 64 - CE | 79 - CE | 94 - CE | 109 - CE |
| 05 - CE | 20 - CE | 35 - CE | 50 - CE | 65 - CE | 80 - CE | 95 - CE | 110 - CE |
| 06 - CE | 21 - CE | 36 - CE | 51 - CE | 66 - CE | 81 - CE | 96 - CE | 111 - CE |
| 07 - CE | 22 - CE | 37 - CE | 52 - CE | 67 - CE | 82 - CE | 97 - CE | 112 - CE |
| 08 - CE | 23 - CE | 38 - CE | 53 - CE | 68 - CE | 83 - CE | 98 - CE | 113 - CE |
| 09 - CE | 24 - CE | 39 - CE | 54 - CE | 69 - CE | 84 - CE | 99 - CE | 114 - CE |
| 10 - CE | 25 - CE | 40 - CE | 55 - CE | 70 - CE | 85 - CE | 100 - CE | 115 - CE |
| 11 - CE | 26 - CE | 41 - CE | 56 - CE | 71 - CE | 86 - CE | 101 - CE | 116 - CE |
| 12 - CE | 27 - CE | 42 - CE | 57 - CE | 72 - CE | 87 - CE | 102 - CE | 117 - CE |
| 13 - CE | 28 - CE | 43 - CE | 58 - CE | 73 - CE | 88 - CE | 103 - CE | 118 - CE |
| 14 - CE | 29 - CE | 44 - CE | 59 - CE | 74 - CE | 89 - CE | 104 - CE | 119 - CE |
| 15 - CE | 30 - CE | 45 - CE | 60 - CE | 75 - CE | 90 - CE | 105 - CE | 120 - CE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/omUH>

PORTUGUÊS

Luiz Felipe

TEXTO

ENTREVISTADOR: O Brasil passou por um período de racionamento de energia em 2001. Isso pode se repetir? O que pode ser feito para evitar um novo racionamento?

ENTREVISTADO: O racionamento foi resultado da política de privatização e desregulamentação que não incentivou suficientemente a construção de novas usinas. O governo também não permitiu que o setor público investisse nessa área. Não planejou nem implementou uma política para o setor. O problema principal foi esse e não tinha uma carência de energia ou da capacidade de fornecê-la, embora o volume de chuvas tenha sido pequeno nos anos anteriores.

No futuro, o desafio será adotar uma política energética que estimule o fornecimento de energia, através de eletricidade ou de combustíveis, a um custo acessível para os consumidores e as empresas, protegendo inclusive o meio ambiente. É preciso levar em conta questões econômicas e sociais. No Brasil, há pelo menos 20 milhões de pessoas que vivem em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, sem acesso à eletricidade. Uma boa política expandiria o fornecimento para essa população.

(Ciência Hoje, maio de 2004 - adaptado)

De acordo com as ideias e com os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

1. O texto elenca diferentes argumentos que compõem a causa do racionamento de energia, deixando evidente a opinião do entrevistado em relação ao tema debatido.
2. No primeiro período do texto (do entrevistado), a forma verbal *incentivou* poderia ser corretamente substituída por sua forma no plural, estabelecendo relação de concordância com "privatização e desregulamentação".

3. As palavras "tênuê", "vitória" e "ágeis" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.
4. No trecho "Eles devem coordenar com mão firme, ter inteligência para compartilhar, manter a parte financeira organizada e planejamento efetivo", as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.
5. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras "é" e "que", por se tratar de partícula expletiva, poderiam ser suprimidas de "O segredo é que todos estavam com medo da próxima estreia".
6. Em "Fala-se muito de amor, mas pouco se pratica", as duas ocorrências do pronome "se" têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.
7. Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho "nos esquecer" fosse reescrito como **esquecer** em: Devemos nos esquecer de tudo que um dia nos fez mal.
8. Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho "Todo povo produz para si estranhos" poderia ser reescrita da seguinte forma: **Todo o povo produz para si estranhos**.
9. Em "Surge na última década um novo modelo de interação social", o trecho destacado exerce a função de complemento do verbo 'surgir'.
10. No trecho "A história é o que fazem dela", o vocábulo destacado foi empregado como artigo.

11. O adjetivo **evidente** em "é evidente que a presença policial contribui com o aumento da sensação de segurança da população" pode ser sintaticamente classificado como predicativo do sujeito.

12. A forma verbal "seria" na frase a seguir exprime uma ideia de hipótese dependente de uma condição.

Sem respiradores nos leitos de UTI, seria impossível salvar vidas na pandemia.

13. Sem prejuízo da correção gramatical, o trecho "é necessário que haja a apuração dos fatos" poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que exista fatos apurados**.

14. No trecho "A organização que se dedica a ampliar as fiscalizações [...]", é opcional o emprego do sinal indicativo de crase no "a".

15. Em "Trata-se de uma visão vanguardista para a época", se a expressão "uma visão vanguardista" fosse substituída por **ideias vanguardistas**, seria necessário alterar a forma verbal "trata-se" para **tratam-se**, para manter a correção gramatical do trecho.

Espaço livre

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

Acerca da lógica de proposições, julgue os itens a seguir.

16. A frase "João estuda para técnico ou analista do INSS?" é uma proposição composta por disjunção inclusiva.

17. Caso a proposição "A educação pública falhou" seja falsa, a proposição "Como não foram realizados investimentos em segurança pública e a educação pública falhou, estamos perdidos" poderá ser falsa.

18. A proposição "Se João foi aprovado no concurso, então ele não procrastinou" é equivalente a "João não foi aprovado no concurso ou ele não procrastinou".

19. Considerando que P, Q e R são proposições simples, a proposição composta $P \Rightarrow (Q \vee R)$ é equivalente a $\sim [P \wedge \sim Q \wedge \sim R]$.

20. O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição "Quando o dólar subir, as exportações aumentarão e as viagens internacionais ficarão mais caras" é seis.

21. A proposição lógica $\sim (P \wedge Q) \Leftrightarrow (P \Rightarrow \sim Q)$ é uma tautologia.

22. A negação da proposição quantificada $(\forall x) ((x + 3 < 5) \wedge (x + 7 \geq 1))$ pode ser descrita por $(\forall x) ((x + 3 \geq 5) \vee (x + 7 < 1))$.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

Responda aos itens 23 a 27 com base na legislação de ética federal prevista no Decreto nº 1.171/1994 e no Decreto nº 6.029/2007.

23. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, no caso de descumprimento dos preceitos éticos previstos no Código de Ética, será de advertência, cuja aplicação constará de parecer fundamentado.
24. Para fins de apuração do comprometimento ético, considera-se servidor público apenas aquele que exerça cargo ou função remunerada em órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta.
25. A Comissão de Ética Pública será composta por sete brasileiros designados pelo Presidente da República, com mandato de três anos, permitida uma única recondução, sendo exigidos requisitos como idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública.
26. A atuação dos membros da Comissão de Ética Pública enseja o pagamento de remuneração específica, em razão da natureza das atividades desempenhadas.
27. A Comissão de Ética Pública conta com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por prestar o apoio técnico e administrativo necessário aos trabalhos da Comissão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

28. No âmbito do INSS, ao conceder um benefício previdenciário, o técnico do seguro social destacou como parte do elemento objeto do ato administrativo os pressupostos de fato e de direito que justificam a prática do ato.
29. O INSS, ao executar diretamente um ato administrativo contra uma empresa em razão do descumprimento de obrigação previdenciária, sem necessidade de autorização judicial, age com fundamento no atributo da **imperatividade** do ato administrativo, sempre presente na atuação da Administração Pública.
30. Durante ação fiscalizatória, um agente público lavrou auto de infração contra uma empresa pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados, aplicando multa conforme a legislação vigente, em virtude do exercício do poder de polícia que lhe é conferido.
31. O poder hierárquico da Administração Pública permite que um superior funcional revise atos de seus subordinados, podendo anular, revogar ou determinar a correção de atos praticados dentro da estrutura do órgão.
32. Ao criar uma nova gerência regional para supervisionar unidades de atendimento do INSS em determinada área geográfica, mantendo-a integrada à sua estrutura organizacional, a Administração Pública realiza um exemplo de desconcentração administrativa, pois distribui internamente competências dentro da mesma pessoa jurídica.

33. Nos termos da Lei 8.112/1990, a posse em cargo público poderá ocorrer por meio de procuração genérica.
34. Nos termos da Lei 9.784/1999, o recurso administrativo interposto pelo interessado possui, via de regra, efeito suspensivo.
35. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a ação para a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em 8 anos, contados da ocorrência do fato ou, em se tratando de infração permanente, do dia em que cessar a permanência.

Espaço livre

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens abaixo.

36. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, na forma da lei.
37. A condenação criminal transitada em julgado provoca a perda dos direitos políticos.
38. Todo inalistável é inelegível, mas nem todo inelegível é inalistável.
39. É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente.

40. **Caso:** Thomas, de nacionalidade alemã, residia no Brasil há 17 anos ininterruptos quando fez requerimento de naturalização. Na ocasião, afirmou não possuir condenação criminal. Ocorre que, um ano após ter adquirido a nacionalidade brasileira, em decorrência de um pedido de extradição, o Estado brasileiro descobriu que Thomas havia sido condenado na Alemanha por duplo homicídio. **Assertiva:** O Ministro da Justiça poderá anular o ato de concessão da nacionalidade brasileira a Thomas, dada a fraude no processo de naturalização.

41. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, entre outros, por quaisquer partidos políticos.

A respeito da Administração Pública, julgue os itens abaixo.

42. Os cargos e empregos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos por lei.
43. O servidor público tem direito à livre associação sindical e direito de greve, sendo que este será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. No Windows 11, a proteção avançada contra phishing no Microsoft Defender Smartscreen pode detectar e avisar quando você estiver digitando sua senha em um aplicativo ou site comprometido conhecido.
45. No Word é possível inserir uma tela de desenho para criar um espaço livre para desenhar.

46. No Excel, a função SOMASES, uma das funções de matemática e trigonometria, adiciona um argumento para atender apenas um critério de condição para a soma.
47. No PowerPoint, um tema é um conjunto de fontes, cores e efeitos visuais que pode ser aplicado aos slides para dar uma aparência profissional e unificada. O usuário pode aplicar temas a partir da aba Página Inicial.
48. Um backup incremental é uma estratégia de backup que copia apenas os dados alterados desde o último backup completo.
49. A Internet é a rede mundial de computadores, de acesso gratuito e que utiliza a telefonia para o transporte de dados.
50. O Keylogger é o ataque comum em redes de computadores que apresenta alto poder de multiplicação e pode afetar a performance das máquinas e de toda a rede de computadores.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

Maria Eduarda trabalha para a família Duarte há 05 anos, de segunda à sexta-feira, com remuneração mensal de 01 salário-mínimo. No período da tarde, Maria Eduarda ajuda a patroa a enrolar doces que são vendidos de porta em porta.

É casada com José Carlos há 1 ano e está grávida de 04 meses.

José Carlos é divorciado de Francisca há 02 anos e paga pensão alimentícia para a ex-esposa e para o filho do casal, Mateus, que tem 07 anos de idade, deficiente intelectual.

José Carlos trabalha como motorista de aplicativo.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes – **51 a 60**.

51. Maria Eduarda é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na condição de empregada doméstica.
52. Maria Eduarda, ao dar à luz, terá direito de receber o benefício de salário-maternidade, cujo valor corresponderá ao seu último salário de contribuição. O benefício será pago diretamente pela Previdência Social.
53. José Carlos poderá se inscrever no RGPS na condição de segurado facultativo e recolher sua contribuição até o dia 15 do mês subsequente ao da competência.
54. Caso Maria Eduarda faleça no parto, José Carlos terá que se afastar do trabalho para cuidar do filho. No caso, ele poderá receber salário-maternidade complementar, acumulado com pensão por morte.
55. Caso Maria Eduarda faleça no parto, José Carlos terá direito de receber pensão por morte por 04 meses.
56. Maria Eduarda e José Carlos, após o nascimento do filho, terão, cada um, direito de receber salário-família.
57. Se José Carlos vier a falecer antes de Maria Eduarda dar à luz, terão direito de receber pensão por morte a atual esposa e o filho de 07 anos de idade do casamento anterior. O benefício será dividido em partes iguais entre esses dependentes.
58. O valor da pensão por morte de José Carlos corresponderá a 100% do valor da aposentadoria por incapacidade permanente a que ele teria direito na data do óbito.

- 59.** Maria Eduarda é contribuinte obrigatória da previdência social e terá sua contribuição incidente sobre o seu salário de contribuição, conceituado como a remuneração registrada na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- 60.** Mateus, filho de José Carlos, poderá se filiar como segurado facultativo do RGPS a partir dos 16 anos de idade, caso não exerça atividade remunerada. Na condição de segurado, poderá se aposentar aos 60 anos de idade, atendidos os demais requisitos previstos na legislação previdenciária.
- 61.** Maria Francisca começou a trabalhar muito cedo, aos 16 anos de idade, numa fábrica de tecidos. Após ficar no emprego por 10 anos, foi demitida sem justa causa e recebeu seguro-desemprego. Após a rescisão do seu contrato de trabalho, Maria Francisca deixou de contribuir para o RGPS, voltando a recolher contribuição previdenciária, na condição de segurada facultativa, 04 anos mais tarde. Na condição de segurada facultativa, Maria Francisca contribui há 05 meses. Considerando as informações apresentadas na situação hipotética, pode-se afirmar que Maria Francisca se manteve na qualidade de segurada por 36 meses após a cessação das contribuições e ao voltar a contribuir como segurada facultativa adquirirá novamente a qualidade de segurada após completar 06 contribuições.
- 62.** Zeca das Balas contribuiu para o RGPS, na condição de profissional autônomo, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Após esse período, resolveu morar no exterior e lá, passou a prestar serviços para um organismo internacional do qual o Brasil é membro efetivo. Ele não tem proteção previdenciária do país onde reside. Pode-se afirmar que Zeca das Balas se enquadra como segurado obrigatório do RGPS, devendo ele mesmo recolher sua contribuição até o dia 15 do mês subsequente ao da competência.
- 63.** Em relação ao caso da questão anterior, pode-se afirmar que Zeca das Balas poderá se aposentar por idade, se cumpridos 15 anos de contribuição, 180 contribuições para fins de carência e 65 anos de idade.
- 64.** O menor sob guarda judicial equipara-se a filho para fins de benefícios do RGPS, desde que haja declaração do segurado e comprove não possuir condições suficientes para o próprio sustento e educação.
- 65.** Na hipótese de um segurado perder o vínculo com o RGPS (perda da qualidade de segurado), para fins de ter direito de receber o benefício de auxílio por incapacidade temporária ou de aposentadoria por incapacidade permanente, ele deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com um terço dos períodos de carência exigidos pela legislação previdenciária.
- 66.** A reforma previdenciária realizada por meio da Emenda Constitucional n. 103/2019 alterou as regras para a concessão da aposentadoria especial. José Hilário trabalha sob efetiva exposição a ruído acima dos limites de tolerância fixados pela legislação previdenciária desde o ano de 2003. No período de 2000 ao final de 2002, o segurado era contribuinte individual. Ele pensa em se aposentar futuramente, mas ouviu dizer que terá que ter, no mínimo, a idade de 60 anos. É correto afirmar que José Hilário poderá obter a aposentadoria especial ao completar 25 anos de contribuição e efetiva exposição ao agente prejudicial à saúde, desde que, cumulativamente, cumpra a carência mínima de 180 contribuições e a soma de todo o seu tempo de contribuição e a idade perfaz o total de 86 pontos.

Acerca dos benefícios assistenciais BPC-LOAS e auxílio-inclusão, julgue os itens subsequentes – 67 a 71

- 67.** O benefício de prestação continuada devido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência que não têm condições de manter seu próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família é personalíssimo, não gerando pensão por morte.
- 68.** O valor do auxílio-inclusão percebido por um membro da família não será considerado no cálculo da renda familiar mensal per capita do BPC-LOAS, para fins de concessão e de manutenção de outro auxílio-inclusão no âmbito do mesmo grupo familiar.
- 69.** Para fins de concessão de benefício assistencial BPC/LOAS à pessoa com deficiência, considera-se impedimento de longo prazo aquele que produz efeitos pelo prazo mínimo de 01 ano.
- 70.** O beneficiário do BPC-LOAS poderá contribuir para o RGPS na condição de segurado facultativo.
- 71.** O segurado com deficiência que estiver recebendo auxílio-inclusão poderá acumular esse benefício com auxílio-acidente, caso preencha os requisitos para receber o benefício previdenciário.
- 72.** Agnaldo, após anos de trabalho como gerente de um banco comercial, aposentou-se pelo RGPS. Cansado de ficar em casa sem ter muito o que fazer, Agnaldo voltou ao mercado de trabalho na condição de representante comercial, contribuindo para o RGPS como contribuinte individual. Na última semana, Agnaldo sofreu um acidente de carro que o levou ao afastamento do trabalho para cuidar das fraturas que teve nos membros inferiores. Seu médico determinou repouso por, pelo menos, 02 meses. Nessa situação, pode-se afirmar que Agnaldo não terá direito de receber o auxílio por incapacidade temporária junto com a sua aposentadoria.

- 73.** Nos casos de acidente de qualquer natureza, o segurado terá que cumprir a carência de 12 contribuições mensais para conseguir o deferimento do auxílio por incapacidade temporária e da aposentadoria por incapacidade permanente.

Analise a situação hipotética apresentada abaixo e julgue os itens 74 a 78.

Há 02 anos, José Carlos, empregado no maior supermercado da cidade onde reside, sofreu um acidente de trânsito quando voltava do trabalho para sua residência, dirigindo sua motocicleta. Teve que se afastar do trabalho por 90 dias e após a sua recuperação, retornou às atividades normais junto à empresa.

O acidente sofrido produziu lesões que se consolidaram, reduzindo a capacidade laborativa de José Carlos.

- 74.** O acidente que sofreu José Carlos não pode ser caracterizado como acidente de trabalho porque o empregado estava utilizando veículo de sua propriedade.
- 75.** No período de afastamento do trabalho, José Carlos tem direito de receber o benefício de auxílio por incapacidade temporária, ainda que não tenha 12 contribuições mensais vertidas para o RGPS.
- 76.** No período em que esteve afastado do trabalho para se recuperar da incapacidade temporária, José Carlos teve o seu contrato de trabalho suspenso.
- 77.** Após o retorno de José Carlos ao trabalho, ele terá direito de receber auxílio-acidente cuja renda mensal equivalerá a 50% do salário de benefício que deu origem ao auxílio por incapacidade temporária do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente pelo índice de reajuste do salário-mínimo.

78. José Carlos terá direito à manutenção do seu contrato de trabalho junto ao supermercado onde trabalha após a cessação do auxílio por incapacidade temporária pelo prazo mínimo de 02 anos.

79. Suponha que Diana entre em exercício no cargo de Técnico do Seguro Social/INSS, mas continue atuando como professora de ensino superior numa instituição privada de ensino.

Nesse caso, como já estava filiada ao RGPS não precisará contribuir para o regime próprio de previdência social dos servidores federais.

80. De acordo com entendimento dos Tribunais Superiores, o salário-maternidade não compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária das empresas, porque não se enquadra no conceito de salário ou rendimento do trabalho.

81. No RGPS é inadmissível a cumulação de pensão por morte com aposentadoria.

82. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefícios, ressalvada a previsão, em lei complementar, quanto à possibilidade de fixação de idade e tempo de contribuição distintos para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência e daqueles cuja atividade seja exercida com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

83. Aos segurados do RGPS que comprovarem tempo de efetivo exercício em atividade sujeita a condições especiais com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, cumprido até a entrada em vigor da Emenda nº 103/2019, é assegurada a conversão de tempo especial em tempo comum.

84. Zé das Ervas foi preso para cumprir pena em regime fechado pela prática do crime de tráfico internacional de drogas ilícitas. Na prisão, Zé das Ervas continua contribuindo para o RGPS na condição de segurado facultativo.

Caso o segurado faleça na prisão, pode-se afirmar que seus dependentes terão direito de receber pensão por morte, cujo valor será calculado levando-se em conta o tempo de contribuição e os correspondentes salários de contribuição do período em que Zé das Ervas permanecera preso.

85. Segundo entendimento do INSS, o salário-maternidade passa a ser devido ao segurado no caso de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção de criança e de adolescente.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

86. Marcos presta serviços em um porto sem intermediação do órgão gestor de mão de obra ou sindicato. Podemos afirmar que Marcos é considerado segurado obrigatório do RGPS na qualidade de trabalhador avulso.

87. Um segurado que já é aposentado pelo RGPS e retorna ao mercado de trabalho pode ter seu benefício recalculado com base nas novas contribuições realizadas.

88. Ana é médica participante do Programa Mais Médicos para o Brasil. Podemos afirmar que Ana está automaticamente vinculada ao RGPS, mesmo que possua cobertura previdenciária específica instituída por organismo internacional.

- 89.** O trabalhador que realiza atividades em feiras livres, sem vínculo empregatício e sem intermediação sindical, é enquadrado como contribuinte individual.
- 90.** A empresa que contrata segurados para trabalho eventual em atividades urbanas está isenta de realizar o recolhimento previdenciário sobre a remuneração paga.
- 91.** O trabalhador contratado em regime de trabalho temporário, nos termos da lei, é segurado obrigatório na categoria de empregado do RGPS.
- 92.** O estagiário que exerce suas atividades de forma irregular, fora dos termos da Lei nº 11.788/2008, deve ser enquadrado como segurado empregado do RGPS.
- 93.** O segurado que exerce atividade remunerada em caráter eventual e sem vínculo empregatício é classificado como trabalhador avulso.
- 94.** Os membros de conselho fiscal de sociedade por ações, mesmo que não sejam remunerados, são obrigatoriamente vinculados ao RGPS como contribuintes individuais.
- 95.** Joana, que utiliza os recursos do Benefício de Prestação Continuada para pagar medicamentos que não estão disponíveis pelo SUS, poderá ter o limite de renda per capita ampliado para até meio salário-mínimo, conforme regulamentação específica.
- 96.** Uma entidade sem fins lucrativos que oferece serviços continuados para a reabilitação de pessoas com deficiência deve se inscrever no Conselho Municipal de Assistência Social para integrar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- 97.** O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS poderá ser cancelado caso a segurada com deficiência desenvolva capacidades cognitivas e motoras durante o período de reabilitação.
- 98.** O salário-mínimo de benefício mensal previsto na assistência social pode ser concedido a um idoso ou pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- 99.** As ações e serviços públicos de saúde podem ser financiados com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes.
- 100.** Nesse caso, o INSS arcará com o pagamento do benefício desde o primeiro dia do afastamento.
- 101.** Pedro faleceu e deixou três filhos menores de idade e uma companheira com quem convivia há vinte e três meses. Todos terão direito à pensão por morte, sendo o benefício dividido igualmente.
- 102.** A pensão por morte de filhos menores de 21 anos cessa automaticamente ao atingirem essa idade, salvo se forem inválidos ou com deficiência.
- 103.** O valor da pensão por morte será sempre igual a 100% do valor da aposentadoria do segurado falecido.
- 104.** Ana, segurada especial agricultora, tem direito à aposentadoria por idade somente quando completar 60 anos, desde que comprove o exercício da atividade rural por 180 meses.
- 105.** O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, desde que não receba remuneração de empresa.

- 106.** A companheira do segurado falecido, com quem conviveu por apenas seis meses, não tem direito à pensão por morte por não cumprir o tempo mínimo de união exigido em lei.
- 107.** O valor do auxílio-acidente será incorporado à aposentadoria do segurado quando ele se aposentar.
- 108.** Um menor tutelado pode ser considerado dependente do segurado do RGPS, desde que comprovada dependência econômica.
- 109.** O auxílio por incapacidade temporária será convertido automaticamente em aposentadoria por incapacidade permanente após 24 meses de concessão.
- 110.** Rosa teve um filho e recebeu salário-maternidade por 120 dias, mesmo estando desempregada. Isso é possível porque ela ainda mantinha a qualidade de segurada.
- 111.** O valor da aposentadoria por incapacidade permanente pode ser majorado em 20% se o beneficiário necessitar de assistência permanente de outra pessoa.
- 112.** O tempo de recebimento do auxílio-reclusão pelos dependentes não tem limite e perdura enquanto o segurado estiver preso.
- 113.** O benefício assistencial ao idoso (BPC) é pago pelo RGPS e requer contribuição prévia.
- 114.** A qualidade de dependente para fins de pensão por morte se perde automaticamente após dois anos de separação do casal, mesmo que ainda exista pensão alimentícia.
- 115.** Em 1923, a Lei Eloy Chaves criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), consideradas o marco inicial da Previdência Social no Brasil, voltadas inicialmente aos trabalhadores rurais.
- 116.** Na década de 1930, o governo federal extinguiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões e criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por categorias profissionais.
- 117.** A unificação dos IAPs ocorreu na década de 60, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), visando padronizar e centralizar a gestão da Previdência Social.
- 118.** A contribuição previdenciária do trabalhador pode incidir sobre os valores de aposentadoria ou pensão pagos pelo RGPS.
- 119.** O princípio da equidade na forma de participação no custeio estabelece que todos devem contribuir com a seguridade social da mesma forma, independentemente de sua capacidade econômica, em busca da justiça fiscal.
- Gabarito: Errado**
- Comentário:** A equidade na forma de participação significa que quem pode mais, contribui mais. Ou seja, a contribuição deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte, e não igualitária. Base legal: Art. 194, V, CF/88.
- 120.** A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais é um dos objetivos constitucionais da seguridade social.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
